Todas às ruas: contra o aumento da tarifa e a violência da polícia

17/06/2013



Nota da Marcha Mundial das Mulheres

O dia 13 de junho foi marcado por uma ação covarde, intencional e planejada da polícia militar, anunciada nos veículos da grande mídia que rotulava a mobilização de milhares de jovens como vandalismo. Além disso, se organizou um cerco no centro de São Paulo, demonstrando uma criminalização preventiva da ação.

As manifestações de rua protagonizadas pela juventude têm reivindicado a redução da passagem do transporte público (metrô, CPTM e ônibus). Em todas elas, a repressão policial é uma constante explicitando o que a polícia do Estado de São Paulo mostra reiteradamente: seu caráter violento.

Na mobilização de ontem essa mesma atitude truculenta tomou grandes proporções e o que se viu foi um ataque direto as mulheres e homens, que estavam nas ruas, se manifestando ou não. Nós da Marcha Mundial das Mulheres nos somamos à inúmeras manifestações em repúdio à violência e a repressão injustificável da policia paulista, comandada pelo governador Geraldo Alckmin (PSDB).

Denunciamos a articulação entre o aparato repressor do governo do estado e um poder judiciário conservador que reforça a tese de que organizar-se politicamente é sinônimo de formação de quadrilha, que lutar por direitos é uma pratica inaceitável e portanto condenável. O questionamento à legitimidade dos protestos associado à violência do aparato policial não são novidade e resultam no que há muito tempo estamos denunciando que é a criminalização das lutas sociais.

No sistema capitalista patriarcal, as elites econômicas atuam junto ao Estado de diferentes maneiras colocando os governos a seu serviço para manter o controle sobre os povos e as mulheres. O aumento da repressão, o reforço das forças policiais e a adoção de políticas de tolerância zero, que alimentam ainda mais o ciclo da violência, são instrumentos para manter essas relações utilizando-se ainda da criminalização dos que vivem na pobreza ou que lutam contra ela, como os movimentos sociais.

Em outras palavras, a repressão violenta serve ao sistema, tanto para abafar as vozes que questionam a ordem estabelecida como para alimentar uma indústria que gera lucro para grandes empresas.

Aqui nos referimos ao lucro das empresas que receberam a concessão pública para explorar esse serviços de transporte, mas também que nesse mesmo sentido a forma escolhida para reprimir as mobilizações não é casual. Como já foi denunciado a produção de bombas de gás lacrimogênios por empresas brasileiras é usada pelas forças policiais nacionais e também exportada para países como a Turquia. Quanto maior o uso desse tipo de artefato maior será a demanda para a indústria armentista. Quanto maior a repressão maior será o

cifrão.

Foi também a serviço de interesse privados que se organizou todo o sistema de transporte na cidade privilegiando tanto a indústria do automóvel como a livre circulação de mercadorias. Isso pode ser visto na construção do rodoanel, na recente reforma da Marginal, as intermináveis pontes onde as pessoas nem podem cruzar a pé.

Esta lógica ainda é mais perversa para nós mulheres, já que os deslocamentos são diferenciados entre homens e mulheres. Primeiro porque as mulheres circulam mais a pé e arcam sozinhas com tarefas como levar os filhos na escola ou creche, fazer e carregar as compras, ir aos postos de saúde, além de estudar e trabalhar. Os homens concentram seu deslocamento prioritariamente de casa para o trabalho, o estudo e o lazer. Em segundo lugar na realidade do transporte público de São Paulo com vagões e ônibus lotados, todos os dias, tornam os deslocamentos longos e insuportáveis em especial quando somos submetidas diariamente à violência e assédio.

Neste sentido a falta de infra-estrutura e de equipamentos públicos nos bairros e a lógica do automóvel, a deficiência do transporte público e o aumento das tarifas compromete ainda mais a mobilidade e a liberdade das mulheres. Por isso temos apresentado nas discussões sobre mobilidade e direito à cidade demandas como corredores de ônibus em todos os bairros, ampliação da entrada de ônibus nos bairros e circulação próxima as creches, escolas postos de saúde e hospitais, além de transporte noturno, como linhas de ônibus 24 horas, fundamentais para garantir o direito à noite das mulheres sem violência, e também o direito das trabalhadoras com horário de trabalho noturno.

O aumento da tarifa não pode ser debatido apenas nos marcos dos termos de contrato, mas em uma compreensão mais geral sobre o custo de vida e sobre a qualidade de vida da população que há quase uma década vive em uma cidade movida pelo interesse do capital. Especialmente para as mulheres que ocupam majoritariamente postos informais no mercado de trabalho e recebem até dois salários mínimos, o impacto do aumento da tarifa é muito grande no custo e qualidade de vida.

É atuando para alterar as desigualdades e a exclusão que esperamos ver a atuação da prefeitura. Um verdadeiro diálogo e negociação com o movimento é fundamental para que a prefeitura demonstre que não é conivente com a linha repressora do governo estadual de Geraldo Alckmin, do PSDB.

Por acreditar na necessidade de recuperar o interesse público e universal na cidade é que nos somamos à manifestação da próxima segunda feira dia 17 e chamamos o conjunto dos movimentos sociais para essa mobilização!

Todas às ruas, contra o aumento da passagem!

Pelo fim da criminalização da luta social!

Pelo direito à cidade!

Marcha Mundial das Mulheres

Compartilhe nas redes: